

O DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO E O RETROCESSO CIVILIZATÓRIO

Grupo de Análise de Conjuntura – CNBB¹
25 de maio de 2021

Vivemos “um sistema onde a liberdade no setor da economia não está enquadrada num sólido contexto jurídico que a ponha a serviço da liberdade humana integral e a considere como uma particular dimensão desta liberdade (...) Existe até o risco de difundir uma ideologia radical de tipo capitalista, que se recusa mesmo a tomar em conta (as condições de grande miséria material e moral), considerando *a priori* condenada ao fracasso toda tentativa de os encarar e confia fideisticamente a sua solução ao livre desenvolvimentos das forças de mercado” (*Centesimos Annus*, 42).

O que está em jogo é a legitimidade do sistema político e econômico dominante. “Abre-se aqui um grande e fecundo campo de empenho e luta, em nome da justiça. (...) Neste sentido, é correto falar de luta contra um sistema econômico, visto como método que assegura a prevalência absoluta do capital, da posse dos meios de produção e da terra. (...) Uma sociedade do trabalho livre, da empresa e de participação (...) requer que ele (o mercado) seja oportunamente controlado pelas forças sociais e estatais, de modo a garantir a satisfação das exigências fundamentais de toda a sociedade” (*Centesimos Annus*, 35).

INTRODUÇÃO

O principal fenômeno da conjuntura brasileira e mundial segue sendo a pandemia, que persistentemente ceifa as vidas humanas e contribui para o crescimento da crise econômica e social na nossa casa comum. A ação dos governos no enfrentamento da crise tem sido determinantes para o seu aprofundamento ou superação da pandemia. No Brasil, a crise, apelidada de “tempestade perfeita”, por sua complexidade e extensão nas diversas esferas da sociedade, tem apresentado características que nos desafiam à compreensão.

Essas características, que tornaremos objeto dessa análise, abrangem principalmente as esferas da sociedade nas dimensões da política, do meio ambiente e da economia.

1. O DESMONTE DO ESTADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA PROTEÇÃO AOS DIREITOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

O Estado de bem-estar social, nos moldes em que foi constituído em muitos países, especialmente os europeus, no pós 2ª Guerra, em meio à Guerra Fria, e, de certa forma, por ela impelida, nunca chegou a se configurar no Brasil. A tentativa mais recente de adoção de um incipiente Estado de bem-estar social foi dada pela Constituição Federal de 1988. Os fatos anteriores que

¹ Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina – MA, Pe. Paulo Renato Campos – Assessor de Política da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin – Centro Cultural de Brasília – CCB/OLMA, Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Gustavo Inácio de Moraes – PUC/Rio Grande do Sul, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Tânia Bacelar – UFPE, Maria Lucia Fattorelli – Auditoria Cidadã da Dívida, Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP), Ricardo Ismael – PUC/RJ. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência.

corroboraram com um arcabouço de proteção social foram observados na legislação trabalhista (CLT) e na criação de institutos de previdência.² A Constituição buscou reduzir o caráter extremamente centralizador das ações na área social pelo governo federal durante os governos militares, legando diversas políticas sociais aos governos estaduais e municipais, e ampliando, assim, a concepção do estado socialmente protetor. No entanto, mal foi promulgada, viu-se alvo de inúmeras propostas de emendas,³ em quase sua totalidade visando a criar limites aos aspectos sociais da então chamada Constituição Cidadã.

A promulgação da Constituição ocorreu em um momento em que o Estado de bem-estar social passava a ser questionado no cenário mundial, pelo crescente domínio do pensamento neoliberal que buscava a configuração de um estado mínimo. No entanto, como pode ser visto em quase todos os países, os gastos públicos, como proporção do PIB, vêm crescendo constantemente desde os anos 1990,⁴ identificando que o avanço do Neoliberalismo na ação dos estados busca não somente a redução da participação do estado como agente produtor, mas a ampliação de sua atuação como propulsor da acumulação do capital, gastando sempre que necessário para a expansão do capital privado.

No Brasil, a concepção Neoliberal de estado mínimo concentra-se em ser mínimo na esfera social, na desconstrução da estrutura de proteção social obtida a partir da Constituição de 1988, reduzindo os gastos com a seguridade e assistência social, com a educação, com a saúde, com CT&I e com o apoio a agricultura familiar. Fundamentado nesse “estado mínimo”, são constantes as transferências dos serviços públicos ao setor privado, incluindo a exploração do meio ambiente nas áreas previamente restritas à proteção de grupos populacionais, como indígenas e quilombolas. Assim, segmentos que em um modelo de Estado do Bem-Estar caberiam ao setor público passam a ser objeto da acumulação do capital ou deixam desprotegida camadas importantes da sociedade.

A desconstrução dos direitos socioambientais ganha ímpeto nas reformas mais recentes como a promulgação da Emenda Constitucional 95, que estabeleceu, por 20 anos, limite para os gastos do governo federal, e a aprovação da reforma trabalhista, em 2017, que trouxe ampliação do trabalho informal e redução do nível de ocupação da população no mercado de trabalho. Comparando o período de 2012 a 2016, anterior à reforma, com o período 2017 a 2020, com base em dados fornecidos pelo IBGE,⁵ a população desocupada aumentou 4,87 milhões, passando de 8% para 13% da força de trabalho. Em fevereiro de 2021, esse percentual já era de 14%, representando 14,42 milhões de trabalhadores desocupados.

No contexto dessas reformas, assume o atual presidente da República em janeiro de 2019, defendendo a continuidade do desmonte do estado social brasileiro, caracterizado pelos constantes cortes de gastos, especialmente na área da assistência social, para atender à determinação do teto de gastos.

No atual governo, o desmonte teve como continuidade com a reforma da previdência social. No entanto, sem impacto imediato favorável às contas públicas federais, corre-se o risco de que ela imponha a inviabilização da manutenção do Regime Geral da Previdência Social no Brasil, por induzir que, cada vez menos, novos participantes sejam incorporados, seja pelo aumento da dificuldade de acesso ao benefício, seja pela própria reforma trabalhista, e, portanto, menos contribuintes acessam o sistema, ampliando continuamente o déficit.

² DRAIBE, S. M. *O welfare state* no Brasil: características e perspectivas. Caderno nº 8. Unicamp/NEPP. 1993. <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=108804&opt=1> Acesso em 16/05/2021.

³ Com pouco mais de 32 anos de existência, já foram promulgadas 109 emendas à Constituição Federal de 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm Acesso em 16/05/2021

⁴ OCDE. <https://ourworldindata.org/government-spending#total-government-spending>. Acesso em 16/05/2021.

⁵ IBGE - <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho.html> Acesso em 16/05/2021.

Os cortes orçamentários na educação, na saúde e na assistência social, só não são maiores por imposição constitucional, que define percentuais mínimos do total a serem destinados a essas áreas. Mesmo assim, os valores vêm se retraindo anualmente. Na educação é flagrante a redução de repasses de recursos para o ensino superior e para a política de ciência, tecnologia e inovação, levando muitas universidades federais a terem que rever os seus planejamentos, extinguindo ou paralisando muitos projetos. Na área de assistência a populações vulneráveis, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, os cortes são drásticos. Em 2020 esses cortes não tiveram um impacto social maior devido ao auxílio emergencial adotado para permitir a manutenção da renda e, com ele, da própria economia, em meio à pandemia da Covid-19.

Na própria organização do governo federal se observa também o desmonte, na medida em que vários ministérios são assumidos por pessoas sem a menor capacitação para o posto, pouco conhecendo dos assuntos da pasta ocupada, mas sempre fortes defensores de uma visão neoliberal segundo a qual todas as atividades da vida social devem se submeter à acumulação privada do capital. Frente à necessidade de um estado forte, guardião do direito privado à exploração do capital,⁶¹ o atual governo vem gradativamente ampliando a participação militar na gestão do setor público federal.

Ainda no desmonte dos direitos sociais e dos serviços públicos no Brasil, o governo Bolsonaro segue apresentando projetos de emendas à Constituição, projetos de Lei e de reformas de segmentos do setor público, objetivando transferir ao setor privado a atuação hoje pública, com o discurso de que a concorrência privada é capaz de gerar mais eficiência e melhores condições de oferta do serviço ou produto.

É nessa perspectiva que se colocou, inclusive, a aprovação da independência do Banco Central, mas que transfere ao Tesouro Nacional os ônus e custos de uma eventual má gestão por parte da instituição.

No mesmo sentido, a ânsia na apropriação de todos os espaços para a acumulação privada do capital subverte, inclusive, direitos garantidos constitucionalmente, como a demarcação de terras indígenas, mas que se vêm cada vez mais fragilizadas com a ocupação por garimpos ilegais e interesses de produtores rurais.

O grande problema com o desmonte do Estado no Brasil é que uma parcela muito grande da população, por não conseguir se ocupar no setor produtivo, depende totalmente do Estado para sua sobrevivência. Se não houver escola pública e o SUS, por exemplo, essa população não terá acesso à educação e a serviços de saúde. Sem a proteção social Estado, o risco de ruptura na coesão social passa a se fazer presente e parece cada vez mais intenso.

Um dos problemas sociais mais propalados é a questão da distribuição de renda, quesito em que o Brasil sobressai, com uma das piores distribuições observadas em todo o mundo, e que resiste mesmo depois da redemocratização do país.⁷ No entanto, a péssima distribuição de renda no país decorre essencialmente da concentração da riqueza patrimonial existente. Os diferenciais de renda derivada do salário são muito menos preocupantes que os diferenciais de renda obtida a partir de outras formas de patrimônio. No Brasil, possuir rendimentos familiares per capita superiores a 11.262 reais,⁸ coloca o cidadão na chamada classe A, de maior renda, perfazendo aproximadamente 5% das famílias brasileiras. No entanto, a concentração da apropriação da renda dentro desse grupo se acentua quanto maior for a renda, uma vez que os rendimentos derivados da propriedade, como lucros, juros, aluguéis e a própria valorização do patrimônio (imóveis, ações etc.), são muito maiores que os provenientes do

⁶ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. SP: Boitempo, 2016.

⁷ SOUZA, Pedro H.G. de. *Uma História da Desigualdade: Concentração de Renda entre os Ricos no Brasil 1926-2013*. São Paulo, Hucitec, ANPOCS, 2018. Prêmio ANPOCS 2017.

⁸ <https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>

trabalho assalariado, e limitados a poucos. O desmonte da proteção social e ambiental do Estado, transferindo as atividades para o setor privado só conduzirão a uma piora substancial do quadro distributivo no país.

1.1 A desigualdade social se aprofunda numa economia centrada no setor financeiro

Durante a pandemia aumentou, visivelmente, a profunda e inaceitável desigualdade social. Assistimos ao avanço do poder financeiro sobre a Constituição brasileira e ao aumento do lucro dos bancos, institucionalizando ainda mais os seus privilégios.

Segundo dados divulgados pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo,⁹ 61,1 milhões de pessoas estão vivendo na pobreza e 19,3 milhões na extrema pobreza.

O governo alega que faltam recursos para o auxílio emergencial e limitou o valor a ser gasto em 2021 a apenas R\$44 bilhões, quase a sétima parte do que foi despendido em 2020 com o referido auxílio. Por outro lado, essa mesma emenda garantiu privilégios impressionantes aos rentistas que lucram com o sistema da Dívida, em especial os bancos:¹⁰ além de permitir a emissão ilimitada de novos títulos públicos para pagar os juros da chamada dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição, a EC 109¹¹ também serviu para desviar cerca de R\$ 1,4 trilhão do saldo da conta única do Tesouro para os gastos com essa dívida, ainda que tais recursos estivessem vinculados a áreas sociais, ou seja, um verdadeiro desvio de recursos públicos para privilegiar o mercado financeiro.¹²

Todos os direitos sociais e gastos com a estrutura do Estado, em todas as esferas, têm sido submetidos ao teto de gastos desde a aprovação da esdrúxula EC 95, que deixou fora do teto, sem limite algum, os gastos com a chamada dívida pública. A EC 109 colocou o ajuste fiscal no texto constitucional e criou um subteto, forçando a redução de gastos com os serviços públicos prestados à população e impedindo a realização de investimentos, o que aprofundará ainda mais o arrocho sobre todas as despesas públicas, para que sobrem mais recursos ainda para destinar à questionável dívida pública.

O governo tem reduzido fortemente o orçamento das universidades públicas, também sob a justificativa de destinar aos gastos com a chamada dívida o dinheiro dos cortes que inviabilizam o funcionamento dessas instituições. Veja-se o caso da UFRJ,¹³ responsável por um dos hospitais universitários que vem tratando pacientes acometidos por Covid-19, a qual tem também importantes laboratórios de pesquisas, para não dizer de tudo o mais que as universidades representam em termos de ciência e formação acadêmica em todas as áreas.

⁹ Made-USP <https://glo.bo/3ygzpUR>

¹⁰ <https://bit.ly/3fr9XTX>

¹¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc109.htm

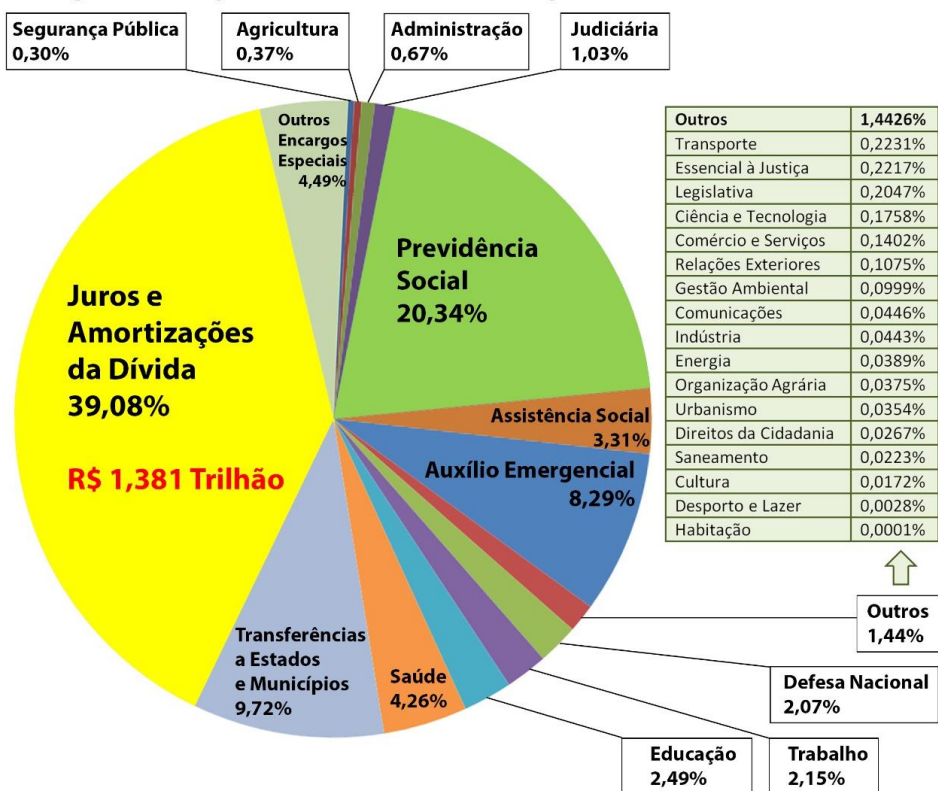
¹² Fonte: O artigo 5º da EC 109 autoriza a utilização do “... *superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do poder executivo, apurados ao final de cada exercício, poderá ser destinado à amortização da dívida pública do respectivo ente.*” O saldo existente na Conta Única do Tesouro, ao final de cada ano, corresponde ao chamado superávit financeiro obtido na esfera federal de cada exercício. No final de 2020, o saldo da referida conta atingiu R\$ 1,45 trilhão, conforme dados disponíveis no link:

https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202104_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx Tabela 4 - Linha 44

¹³ <https://bit.ly/2S4eDaf>

A análise dos gastos federais tem mostrado queda anual nos investimentos em educação, sendo que em 2020 essa área fundamental perdeu mais recursos, enquanto os gastos com a dívida foram os que tiveram maior crescimento – maior até que a área da saúde, em plena pandemia.¹⁴

Orçamento Federal Executado (pago) em 2020 = R\$ 3,535 TRILHÕES
Inclui gastos do “Orçamento de Guerra” autorizado pela Emenda Constitucional 106/2020



Fonte: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw

Nota: Consulta em 15/1/2021. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Inclui o chamado “Orçamento de Guerra”, aprovado por meio da Emenda Constitucional 106/2020 no contexto da pandemia. Gráfico por Função, com exceção das Funções “Encargos Especiais” e “Assistência Social”, cujas parcelas foram desmembradas de acordo com a natureza da despesa. A Função “Encargos Especiais” foi desmembrada em “Juros e Amortizações da Dívida” (GND 2 e 6); “Transferências a Estados e Municípios” (Programa 0903); e “Outros Encargos Especiais” (compostos principalmente de gastos de R\$ 50 bilhões com o cumprimento de Sentenças Judiciais, e gastos de R\$ 58 bilhões com garantias dadas aos bancos no âmbito do PRONAMPE, no valor de R\$ 38 bilhões, e no âmbito do Fundo Garantidor de Investimentos no valor de R\$ 20 bilhões, relacionados a empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas). A Função “Assistência Social” foi desmembrada para destacar a parcela referente ao “Auxílio Emergencial”, mostrada separadamente no gráfico.

Enquanto o governo alega falta de recursos para as áreas essenciais, os mecanismos operados pelo Banco Central,¹⁵ que alimentam o Sistema da Dívida, garantem privilégios aos bancos, que seguem batendo recorde de lucros em plena pandemia, e ainda disfarçam grande parte desses lucros nas provisões gigantescas.

Principalmente devido à remuneração da sobra de caixa dos bancos pelo Banco Central,¹⁶ os juros de mercado praticados no Brasil são elevadíssimos, o que tem levado inúmeras pequenas, médias e até grandes empresas a fecharem as portas, empurrando milhões de pessoas ao desemprego e ao desespero.

Em vez de interromper esse mecanismo que foi o principal responsável pela crise fabricada a partir de 2014,¹⁷ o Congresso Nacional aprovou o inconstitucional PLP 19/2019,¹⁸ tornando o Banco Central um órgão “independente” do Estado, sem tutela ou supervisão alguma por parte de qualquer outro ministério ou poder, livre para seguir com sua política monetária suicida.¹⁹

¹⁴ <https://bit.ly/3wksbgu>

¹⁵ <https://bit.ly/3cDQuXO>

¹⁶ <https://bit.ly/3wfY3mD>

¹⁷ <https://bit.ly/2RIWYen>

¹⁸ <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7916130&ts=1604454662505&disposition=inline>

¹⁹ <https://bit.ly/3wyxqKC>

Em seu relatório divulgado em outubro/2020,²⁰ o Banco Central listou as medidas de auxílio aos bancos, anunciadas desde março/2020. As cifras de trilhões geram um misto de humilhação e revolta, se comparadas com os valores destinados aos gastos sociais e ao auxílio emergencial. |1|

Apesar dos trilhões liberados pelo Banco Central aos bancos, estes se negaram a emprestar às empresas²¹ e aprofundaram ainda mais a crise econômica durante a pandemia.²²

Além dos bancos, as atividades que seguem batendo recordes de lucros são o agronegócio voltado para exportação e a mineração, lucros esses que são apropriados pelas grandes empresas que exploram essas atividades e usufruem de benesses tributárias e privilégios financeiros, além de serem responsáveis por dano ambiental brutal e geração de dívida ecológica que precisa ser cobrada,²³ como tem dito o Papa Francisco.

Com a alta do dólar, o agronegócio preferiu aumentar seus lucros com a exportação de carnes, arroz etc., deixando o povo brasileiro na escassez desses produtos, que se tornaram muito mais caros. É importante citar que esse aumento dos preços de alimentos provocado pelas políticas agrícola e agrária completamente equivocadas, juntamente com a elevação do preço de combustíveis em decorrência da política de preços da Petrobras²⁴ têm provocado inflação no Brasil, retirando o poder de compra das famílias. Diante disso, qual é a lógica do aumento dos juros pelo Banco Central sob a justificativa de controlar inflação? Não há menor lógica, pois o aumento dos juros não fará esses preços, que têm produzido inflação, reduzirem. Trata-se de mais um meio de extração e transferência de renda dos mais pobres para o setor financeiro.

A população passa por momentos dramáticos, e sem apoio governamental. A inversão de valores é brutal, com destruição do Estado e comprometimento dos serviços públicos prestados à população com a PEC 32,²⁵ perda de patrimônio público por meio de privatizações (com recursos do BNDES), e a perversão dos objetivos fundamentais da República, previstos no Art. 3º da Constituição.

1.2 As agressões ao meio ambiente

O Instituto Ipsos²⁶ registrou em maio de 2021 que a pauta da preservação ambiental deveria ser uma prioridade para os governos – resposta de 85% dos entrevistados. A pesquisa ouviu participantes de 16 países, sendo 1.000 no Brasil. A mesma percentagem acredita que a destruição do meio ambiente está associada às mudanças climáticas e ameaças à saúde da população.

A ONG Internacional *Human Rights Watch*, no documento informativo que foi entregue ao enviado especial do presidente dos EUA para o clima, John Kerry, afirmou que: “o desmatamento na Amazônia brasileira aumentou dramaticamente desde que o presidente Bolsonaro assumiu o cargo em

²⁰ <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref>

²¹ <https://bit.ly/3fxvbiU>

²² Fonte: Diversas declarações de Paulo Guedes (por exemplo as disponíveis em <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/04/05/guedes-reconhece-que-dinheiro-esta-empocado-nos-bancos-e-sinaliza-mais-medidas.htm> e <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2020/04/recursos-liberados-bancos-para-ampliar-o-credito-estao-empocados-no-sistema-financeiro-diz-guedes.html>) e inúmeras notícias de empresários e associações representativas de empresários (por exemplo as disponíveis em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/26/coronavirus-juros-alta-prazo-corte-linha-credito-antecipacao-receivel.htm> e <https://recontaai.com.br/o-erro-e-prometer-e-nao-cumprir-diz-sindicato-sobre-falta-de-credito-a-empresas/>), entre várias outras notícias citadas em <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/novela-capitulo-2-assalto-aos-cofres-publicos/>.

²³ <https://bit.ly/3fwsXAf>

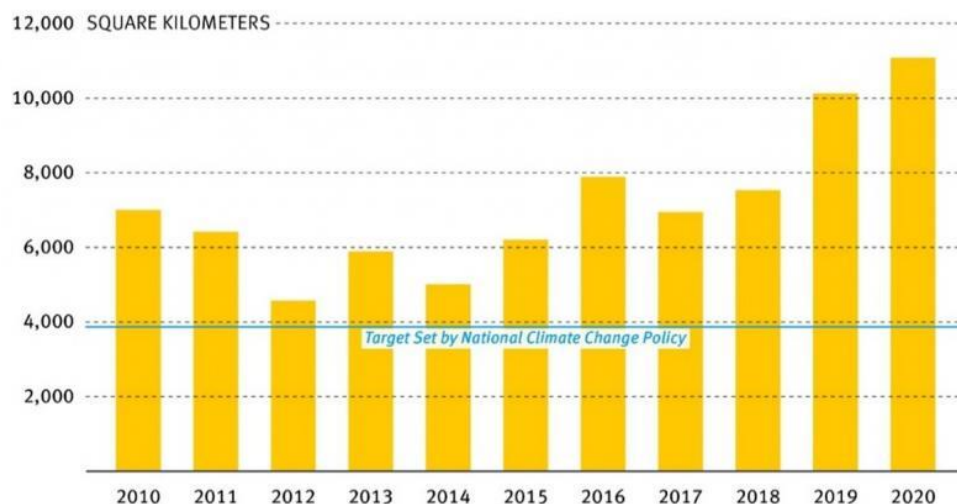
²⁴ <https://bit.ly/33SJIG9>

²⁵ <https://bit.ly/3wh9MBw>

²⁶ Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/para-85-dos-brasileiros-protecao-do-meio-ambiente-deve-ser-prioridade-na-retomada-pos-pandemia>. Acesso em: 19 maio 2021.

2019.”²⁷ Segundo a entidade, o aumento foi de mais de 30% durante o primeiro ano da administração Bolsonaro, com um adicional de 9,5% durante o segundo ano. Destacou-se ainda que 11.000 km² de floresta tropical foram perdidos, quase o triplo da meta de 3.925 km² que o Brasil se comprometeu a atingir até 2020 como parte de sua Política Nacional de Mudança do Clima.

Deforestation in the Legal Amazon, Brazil



Source: Brazil's National Space Research Agency (INPE) Deforestation of the Legal Amazon Satellite Monitoring Project (PRODES)

Fonte: <https://www.hrw.org/news/2021/03/11/crisis-brazilian-amazon>

O documento da *Human Rights Watch* também destacou o aumento do crime organizado na região, vitimando povos originários e ribeirinhos. A extração de madeira ilegal é viabilizada por uma vasta rede criminosa com capacidade logística para garantir o corte, o transporte e o comércio. Os envolvidos, em geral grandes fazendeiros, devastam a floresta para ampliar suas terras e introduzir o manejo do gado. Normalmente, ateiam fogo na vegetação remanescente ao corte da floresta.²⁸

A *Global Witness* destacou em seu monitoramento anual da situação de violência contra defensores de direitos humanos na floresta amazônica que, “em média, quatro defensores são mortos todas as semanas desde a criação do acordo climático de Paris, em dezembro de 2015. Além disso, inúmeros outros são silenciados por ataques violentos, detenções, ameaças de morte ou processos judiciais.”²⁹

Os abusos de direitos humanos e ambientais são causados pelos exploradores dos recursos naturais que se apoiam na corrupção do sistema político. Os registros mostram um padrão dos crimes contra comunidades indígenas que defendem seus territórios. As comunidades que cuidam das florestas, que contêm a emissão do carbono, são ameaçadas.

Segundo a *Global Witness*, o agronegócio, a mineração, o setor de petróleo e gás têm sido os maiores impulsionadores dos ataques contra defensores e defensoras da terra e do meio ambiente. A ação desses setores contribui fortemente para as mudanças climáticas por meio do desmatamento e do aumento das emissões de carbono.

²⁷ Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2021/03/11/crisis-brazilian-amazon> . Acesso em: 19 maio 2021.

²⁸ Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2021/03/11/crisis-brazilian-amazon> . Acesso em: 18 maio 2021.

²⁹ Disponível em: <https://www.globalwitness.org/pt/global-witness-records-the-highest-number-of-land-and-environmental-activists-murdered-in-one-year-with-the-link-to-accelerating-climate-change-of-increasing-concern-pt/> . Acesso em 18 maio 2021.

Para monitoramento e proteção ambiental, o Estado brasileiro conta com o INPE e o IBAMA. Possui programas especiais como pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área, como o Programa Queimadas, do INPE.³⁰ No entanto, essas instituições vem sendo enfraquecidas e desmobilizadas no atual governo. Mesmo sabendo que a maior parte do desmatamento é ilegal, os órgãos de vigilância reduziram o número de multas para extração ilegal de madeira e outras violações da lei ambiental, e não executaram multas que foram emitidas. O IBAMA emitia uma média de 16.000 multas por ano, em 2019, emitiu apenas 11.914. Em 2020, esse número caiu para 9.516, o menor em 20 anos e 40% abaixo da média. Conforme registros de uma fala pública, o presidente Bolsonaro celebrou a redução nas multas e prometeu que elas continuariam a ser reduzidas: "nos primeiros dois meses deste ano, tivemos o menor número de multas emitidas no campo e estas continuarão a diminuir", disse ele em junho 2019, "acabaremos com esta excelente indústria."³¹

1.3 Jacarezinho: sinais de um estado miliciano?

Um dos intelectuais brasileiros mais conhecidos do século XX, Sérgio Buarque de Holanda no livro "Raízes do Brasil" (1936), cunhou a expressão "homem cordial", para definir as características do brasileiro médio. Segundo este autor, "a contribuição brasileira para a civilização é a cordialidade, o chamado 'homem cordial'".

Referindo-se a obra de Buarque de Holanda, o escritor Cristiano Rodrigues recorda que o atual governo que se apresenta como cordial, "contribui para o extermínio da população de duas formas: pela inação e pela ação. As mortes de 0,2% da população brasileira, e a projeção de que se possa chegar a um milhão de mortos durante uma terceira onda da COVID prevista para junho, é fruto da inação governamental. Mas o governo também age ativamente para o extermínio da população. O caso mais recente foi a chacina na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro. Uma ação coordenada por policiais civis invadiu a favela e executou 28 pessoas. As cenas do crime foram adulteradas para dificultar a perícia e os corpos dos moradores assassinados foram retirados da favela pelos próprios policiais que os mataram. A execução de cidadãos brasileiros, pobres e em sua maioria negra, é o epítome da atualidade da metáfora do homem cordial, conforme definida por Sergio Buarque de Holanda.³²

A inaceitável Operação da Polícia Civil na comunidade do Jacarezinho, na cidade do Rio de Janeiro, acontece depois do impeachment do governador eleito, em 2018, Wilson Witzel (PSC). Político que ficou nacionalmente conhecido, por defender atiradores de elite das forças de segurança pública agindo contra pessoas que portassem fuzis nas comunidades, dizendo, em tom de sentença final, que a "polícia vai mirar na cabecinha". O novo governador Cláudio Castro (PSC), que tomou posse no primeiro dia do mês de maio, segue mesmo caminho do seu antecessor, como mostra os resultados da ação policial ocorrida no Jacarezinho. Moradores em pânico foram expostos a uma operação de guerra. Trabalhadores e trabalhadoras alvejados a caminho do trabalho, quando estavam na estação de metrô. Dor, revolta e indignação tomaram conta da comunidade. Política de segurança pública sem rumo, sem respeito aos direitos humanos e sem controles institucionais. Desde o primeiro momento, Cláudio Castro procurou defender as forças policiais que atuaram na tragédia, sendo apoiado por Bolsonaro, seu aliado político no plano federal. Muitos repudiaram e condenaram a Operação da

³⁰ Disponível em: <https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal> . Acesso em: 18 maio 2021.

³¹ Sabrina Rodrigues, "Bolsonaro: 'O homem do campo não pode se apavorar com a fiscalização do Ibama,'" O eco, 12 de junho de 2019, <https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/bolsonaro-o-homem-do-campo-nao-pode-se-apavorar-com-a-fiscalizacao-do-ibama/> Acesso em: 26 maio 2021.

³² "O homem cordial e a celebração do extermínio de seus concidadãos". Artigo de Cristiano Rodrigues no Jornal "Estado de Minas". Disponível em: <https://www.em.com.br/app/columnistas/cristiano-rodrigues/2021/05/13/noticia-cristiano-rodrigues,1265820/o-homem-cordial-e-a-celebracao-do-extermínio-de-seus-concidades.shtml> . Acesso em 18mai2021.

Polícia Civil. Entretanto, não foram poucos também os que deram apoio. O que coloca a questão no centro do debate da próxima eleição estadual.

A verdade é que a rotina de matar suspeitos se instalou há muito tempo no Brasil. Desde 1998, a polícia matou uma pessoa a cada 10 horas no estado do Rio de Janeiro, segundo o jornal *O Globo*.

Porém, há especificidades que chamam a atenção para o ocorrido no Jacarezinho. Em primeiro lugar, o fato de a Polícia Civil daquele estado ter afrontado o STF, dado que está em vigor a ADPF 635, a chamada ADPF das Favelas, que proíbe operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia.

Sobre o ocorrido no Jacarezinho, a Comissão Arns afirmou: “uma ação desastrosa contra centenas de pessoas, autorizada pelo atual governador, Claudio Castro, sob o pretexto difuso de investigar o aliciamento de crianças e jovens pelo tráfico de drogas – configura claramente uma situação de violência do Estado, inspirada por instintos sádicos e executada com grande brutalidade. Corpos ensanguentados estão nas ruas e becos do Jacarezinho, casas foram invadidas, celulares, confiscados, moradores vivem horas de desespero.”³³

Como revelou a BBC Brasil, é sintomático o fato de perfis de blogueiros conservadores e políticos de direita ligados ao governo Jair Bolsonaro terem dominado o debate nas redes sociais sobre a operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro: “um levantamento da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP-FGV) apontou que, entre os dias 5 e 12 de maio, 57,5% das interações sobre segurança pública analisadas no Twitter foram realizadas por políticos de direita, jornalistas e blogueiros conservadores. Do total, 43,9% dos perfis pertencem a esse grupo. Já no Facebook foram analisadas as publicações feitas pelos perfis dos 594 parlamentares (513 deputados e 81 senadores). No período, foram postadas 787 publicações sobre o tema, por perfis de 253 parlamentares. As publicações somaram 3,7 milhões de interações. Dessas, 494,4 mil foram reações, com destaque para reações de tristeza (27,6%), de raiva (25,6%) e risadas (24,2%). Já 170 publicações contiveram vídeos, que alcançaram 9,4 milhões de visualizações. Dos 15 parlamentares que mais tiveram engajamento no Facebook, 11 são apoiadores de Bolsonaro. Entre eles, os campeões de engajamento foram os deputados federais Carla Zambelli (SP) e Carlos Jordy (RJ), ambos do PSL.”³⁴

Segundo o jornalista Leonardo Sakamoto, o governo Bolsonaro atua para sabotar o trabalho dos mesmos policiais, aumentando a quantidade de armas em circulação, incluindo fuzis: “o decreto de Jair Bolsonaro que altera as regras para porte e posse de armas de fogo e também para a aquisição de munição e armamento, tornou mais fácil a vida de milícias urbanas e rurais. (...) Ou seja, ajuda a trazer um verniz de legalidade para quem toca a morte como um negócio. (...) Milícias como essas têm sido acusadas de envolvimento nas mortes de trabalhadores e lideranças no campo. Mudanças também beneficiam milícias urbanas. Armas que eram de uso privativo de agentes de segurança passam a poder ser adquiridas pelo cidadão comum, como pistolas 9 mm (...) Ou seja, o mercado será inundado com munição anteriormente restrita a agentes de segurança – o que inclui aqueles que mudaram de lado e tornaram-se bandidos, os milicianos. Com mais projéteis em circulação e sem o anúncio de medidas específicas para identificá-los, torna-se mais difícil afirmar de onde eles saíram em futuras investigações.”³⁵

³³ “Nota pública #34: chacina do Jacarezinho – pelo fim da violência policial nas favelas”. Disponível em: <https://comissaoarns.org/notas/2021-05-06-nota-p%C3%BAblica-34-chacina-do-jacarezinho-pelo-fim-da-viol%C3%A2ncia-policial-nas-favelas/>. Acesso em 18maio2021.

³⁴ “Jacarezinho: políticos ligados a Bolsonaro dominaram debates nas redes sociais, mostra pesquisa”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57123095>. Acesso em 18maio2021.

³⁵ “Decreto pro-armas de Jair Bolsonaro beneficia milícias rurais e urbanas”. Veja em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/05/10/decreto-pro-armas-de-bolsonaro-beneficia-milicias-rurais-e-urbanas/>. Acesso em 18maio2021

O que chama a atenção à chacina de Jacarezinho nesse momento histórico e dramático que atravessa o Brasil, no qual há estímulo ao armamento, incentivo à violência privada, desdém à vida dos brasileiros, ode à narrativa da eliminação do inimigo, etc., é a possibilidade de o sangrento evento no Rio de Janeiro sinalizar uma conexão entre os poderes político, militar (polícias) e econômico (empresas) com as organizações criminosas (milícias, jogo do bicho, grandes traficantes de drogas e de armas), à medida em que tal operação de agentes públicos (no Jacarezinho) demonstrou todo o desdém de autoridades de vários níveis e instâncias às regras constitucionais, democráticas e republicanas, ao apostar na produção do terror e do extermínio como política de segurança pública.

2. SINAIS DE ESPERANÇA

A pandemia ampliou os sinais de alerta sobre o padrão de relação sociedade-natureza e as ameaças à sobrevivência da espécie humana. Isso tem provocado alguns movimentos políticos alvissareiros em várias partes do mundo. Muitos países já estão construindo seus planos estratégicos de retomada no pós Covid-19, com forte compromisso com a sustentabilidade ambiental. Partidos políticos vinculados a esse pensamento conseguem ampliar suas bases sociais, como, por exemplo, o Partido Verde Alemão. Os EUA e a China, as duas maiores economias do mundo se movimentam nesse sentido. O novo governo americano definiu pela volta do país ao Clube de Paris e a China sinaliza para a ampliação de seus compromissos com a sustentabilidade ambiental. Grandes empresas se mostram cada vez mais tocadas por esse movimento e a variável ambiental tende a ganhar espaço em suas decisões estratégicas.

A vitória de Biden, com seu plano de enfrentamento à pandemia e de recuperação da economia e do emprego nos EUA, sinalizam para um forte protagonismo do Estado. Tal fato está se constituindo em um forte contraponto à onda neoliberal das décadas recentes, na qual os EUA foram líderes, junto com a Inglaterra de Margareth Thatcher.

Os impactos sociais negativos da pandemia e da crise econômica, as mudanças estruturais em curso na economia e sobretudo na dinâmica e organização do mercado de trabalho, têm chamado a atenção para a necessidade de iniciativas que visem à garantia de uma renda básica universal. Esse tema tem avançado no debate mundial e está presente no plano econômico anunciado pelo governo Biden.

Em termos políticos, a conjuntura internacional apresenta sinais que apontam para uma reação dos setores populares e democráticos em vários países, contrabalanceando a assunção da extrema-direita global observada no último período.³⁶ Mesmo antes da eleição de Biden nos Estados Unidos (cujo governo se caracteriza por desmontar as políticas do governo de Donald Trump), já se percebiam sinais como o ocorrido nas eleições bolivianas. Nos últimos dias, o resultado eleitoral para a composição de uma nova Assembleia Constituinte no Chile mostrou uma grande derrota da direita e uma vitória surpreendente de parlamentares independentes (grupo formado por cidadãos não filiados a partidos políticos), que defendem ideias progressistas e poderão enterrar de vez todo o legado de Pinochet.

Ainda no âmbito mundial, a presença e a voz do Papa Francisco se constitui em luz que ilumina o futuro. Num planeta que clama por cuidado, a profética *Laudato Si* é de grande atualidade, assim como o movimento de estímulo aos jovens para propor novas formas de organizar a economia.

³⁶ “Por que a extrema-direita cresce em todo o mundo?” Veja em: <https://jornalistaslivres.org/por-que-a-extrema-direita-cresce-em-todo-o-mundo-i-a-inseguranca/>. Acesso em 20mai2021.

Parafrazeando o Papa Francisco, a pandemia era “a ocasião para o desenvolvimento de uma nova economia mais atenta aos princípios éticos e para uma nova regulamentação da atividade financeira especulativa”,³⁷ colocando os grupos farmacêuticos ao serviço do bem comum e sanitário das populações, pela renúncia aos direitos de propriedade intelectual (as patentes). A proteção sanitária e socioambiental não pode ser assegurada somente com base no cálculo financeiro de custos e benefícios.³⁸

No Brasil, apesar de o atual governo central manter o apoio de sua base popular, há sinais de mudanças vindos de vários espectros. Pesquisa Datafolha de 15/05 aponta, pela primeira vez, que 49% dos brasileiros são favoráveis ao impeachment de Bolsonaro (46% são contrários).³⁹

Na CPI da pandemia, no Senado, fica cada vez mais evidente que os depoentes e a tropa de choque bolsonarista não conseguem reproduzir “na vida real” o mundo paralelo das informações falsas e mentiras que sustentam boa parte dos apoiadores do governo, via engajamento nas redes sociais. A mentira como método de governo foi admitida em depoimento do ex-ministro da Saúde, general Pazuello. Segundo ele, “o Bolsonaro das redes é uma espécie de ‘persona independente, autônoma, do Bolsonaro que governa’”.⁴⁰ Por essa lógica, Bolsonaro mente nas redes; mas governaria. Entretanto, sabe-se que a recíproca é, de fato, verdadeira: o presidente diz o que pensa nas redes; e porque acredita no que diz, não governa.

A corrupção, discurso que alavanca um moralismo engajado de boa parte do bolsonarismo, aparece em vários noticiários nas últimas semanas, desde o chamado “tratoração”, a denúncia feita pelo jornal O Estado de São Paulo sobre um orçamento secreto para compra de parlamentares pelo governo,⁴¹ passando por irregularidades em contratos do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, sob a gestão de um militar amigo de Pazuello, conforme denúncia do Jornal Nacional de 18/05/2021.⁴² Ainda no final de maio, uma operação deflagrada pela Polícia Federal, acatando ordem expedida pelo STF, teve como alvo o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles e parte da sua equipe. Entre as irregularidades na gestão do meio ambiente e o apadrinhamento de madeireiros, o Ministério Público apura também a possível existência de um “grave esquema de facilitação ao contrabando de produtos florestais” e a movimentação suspeita de R\$ 14 milhões nas contas de um dos ministros mais protegido por Bolsonaro e sua família.⁴³

Esses sinais mostram que há um possível deslocamento de importantes setores do Estado e da sociedade para a oposição ao governo de Bolsonaro. Não por acaso, o campo político mais progressista voltou a figurar de modo mais constante nos principais veículos de comunicação da mídia empresarial.

³⁷ Ver LS, 189

³⁸ Ver LS, 190

³⁹ Datafolha: 49% apoiam impeachment de Bolsonaro, e 46% se dizem contrários. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/datafolha-49-apoiam-impeachment-de-bolsonaro-e-46-se-dizem-contrarios.shtml>. Acesso em 20mai2021.

⁴⁰ “Análise: Pazuello na CPI tentou explicar o inexplicável”. Leia em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/19/interna_politica,1268334/analise-pazuello-na-cpi-tentou-explicar-o-inexplicavel.shtml - Acesso em 20maio2021.

⁴¹ “Tratoração ou orçamento secreto serve para que?” Veja em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tratoraco-ou-orcamento-secreto-serve-para-o-que-comprar-votos-como-o-mensalao,70003718278>. Acesso em 20mai2020.

⁴² “JN revela contratos suspeitos do Ministério da Saúde na gestão de Pazuello.” Veja em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/05/18/jn-revela-contratos-suspeitos-do-ministerio-da-saude-na-gestao-de-pazuello.ghtml>. Acesso em 20/05/2021.

⁴³ “Decisão do STF fala em operações suspeitas de R\$ 14 milhões em escritório de Salles”. Leia em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/05/4925495-decisao-do-stf-fala-em-operacoes-suspeitas-de-rs14-milhoes-em-escritorio-de-salles.html>. Acesso em 20maio2021.

Observa-se, também, uma tentativa de antecipação do debate eleitoral de 2022, com ameaças de Bolsonaro (com sua insistência pelo voto impresso e por fraudes nas eleições) no momento em que alianças dos setores progressistas começam a ser costuradas com vistas às próximas eleições presidenciais.

Se por um lado, temos um quadro social que se agrava, o meio ambiente que se deteriora, falta prioridade para a educação, o país volta ao mapa da fome ao lado do evidente empobrecimento das camadas médias da população, por outro, amplia-se o espaço para o debate de novas propostas de políticas públicas, com destaque para as políticas sociais. A memória recente de iniciativas implementadas com relativo sucesso no país indica que não se precisa partir do zero, mas sinaliza para a necessidade de atualizações e inovações que dialoguem com o novo momento mundial e nacional, sempre com vistas à superação dos anos perdidos e à recuperação dos direitos sociais e a valorização da preservação ambiental.

NOTAS

[1]

Capítulo 2 – Temas selecionados

Tabela 2.1.3.2 - Medidas para salvaguardar a estabilidade financeira

Fonte: Banco Central do Brasil

Medida	Potencial	Implementado
Liberação de liquidez	R\$ 1.274 bi	R\$ 352,5 bi
Compulsório + Liquidez de curto-prazo (LCR)	R\$ 135 bi	R\$ 135 bi
Liberação de adicional de compulsório	R\$ 70 bi	R\$ 70 bi
Flexibilização de LCA	R\$ 2,2 bi	R\$ 2,2 bi
Empréstimo com lastro em LF garantidas	R\$ 670 bi	R\$ 54,9 bi
Compromissadas com títulos soberanos brasileiros	R\$ 50 bi	R\$ 23,2 bi
Novo DPGE	R\$ 200 bi	R\$ 19 bi
Empréstimo com lastro em debêntures + compulsório para funding de recompra de LF	R\$ 91 bi	R\$ 3 bi
Alteração no cumprimento do compulsório de poupança	R\$ 55,8 bi	R\$ 45,2 bi
Liberação de capital	R\$ 1.348,2 bi	R\$ 1.218,15 bi
Overhedge	R\$ 520 bi	R\$ 520 bi
Redução do ACCPBrasil	R\$ 637 bi	R\$ 637 bi
Redução do requerimento de capital para operações de crédito a pequenas e médias empresas	R\$ 35 bi	R\$ 35 bi
Redução do requerimento de capital das instituições de pequeno porte	R\$ 16,5 bi	R\$ 16,5 bi
Redução do requerimento de capital nas exposições de DPGE	R\$ 12,7 bi	R\$ 1,95 bi
Otimização do capital (CGPE)	R\$ 127 bi	R\$ 7,7 bi
Dispensa de provisionamento por repactuação	R\$ 3.200 bi*	R\$ 889,8 bi
Compra de ativos no mercado secundário	N.D.	-
Outras medidas		
Linha de swap de dólar com Fed	US\$ 60 bi	0
Criação de linha de crédito especial para PMEs (PESE)	R\$ 40 bi	R\$ 6,3 bi
Imóvel como garantia de mais de um empréstimo	R\$ 60 bi	-

* Crédito potencialmente beneficiado pela medida.